



Opinião Econômica

Solange Srour

Diretora de
macroeconomia para
o Brasil no UBS Global
Wealth Management



Regras e medidas fiscais transparentes não trariam desconfiança

Contenção de R\$ 15 bilhões em gastos do governo deixa a desejar

Ao anunciar uma contenção de gastos de R\$ 15 bilhões do Orçamento - dos quais R\$ 11,2 bilhões destinados ao cumprimento do teto de despesas e R\$ 3,8 bilhões ao alcance da meta de resultado primário, o governo demonstra duas preocupações: não abandonar o arcabouço fiscal com o rompimento do limite de gastos e a consequente reação negativa do mercado, e evitar uma maior expansão de gastos em 2026 (50% da variação real da receita e não 70%), além de acionar gatilhos já em 2025, caso a meta de resultado primário não seja cumprida em 2024.

Além de os valores não serem suficientes para o cumprimento destes objetivos em 2024 (como admitido pelo próprio governo), o contingenciamento foi calibrado para alcançar o limite inferior do intervalo de tolerância da meta - ou seja, um déficit de até R\$ 28,8 bilhões, e não propriamente o centro da meta, que é um

déficit zero.

O governo justificou que um contingenciamento para atingir esse centro careceria de um dispositivo explícito na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 com essa autorização. Se de fato essa interpretação é correta, para que serve a banda?

A criação da banda de tolerância tem como objetivo acomodar uma parcela dos choques inesperados que impactam a arrecadação e a despesa. Créditos extraordinários para lidar com despesas imprevistas estão fora do limite de gastos e não da meta.

Apesar de os gastos relacionados à Covid-19 e à situação do Rio Grande do Sul terem ficado fora da meta, ambos foram exceções autorizadas pelo tamanho das calamidades.

Dessa forma, a função do intervalo de tolerância não é conceder um espaço discricionário à autoridade responsável pelo cumprimento de metas, mas sinalizar

de forma transparente quão aceitáveis são os possíveis desvios causados por fatores exógenos. Essa flexibilidade permite ao governo ajustar despesas de forma gradual, evitando que o desempenho da economia seja muito comprometido.

Para tentar atingir o centro da meta, o governo admite contar com o chamado “empoçamento” de recursos (estimado em cerca de R\$ 20 bilhões neste ano), que, em geral, ocorre quando a verba já destinada a órgãos e ministérios não é executada e acaba voltando aos cofres da União.

Ainda que tenhamos esse valor significativo, a estratégia parece arriscada. Quando o Tesouro libera montantes para órgãos e ministérios, ele perde o controle sobre esses recursos.

Contingenciar para atingir o piso da banda e contar com o empoçamento para alcançar o centro compromete a eficácia da meta em coordenar as expectativas dos

agentes sobre o compromisso efetivo com a sustentabilidade das contas públicas.

A situação é análoga ao caso da política monetária. Quando o BC (Banco Central) deixa transparecer que não está mirando de fato o centro da meta de inflação, e sim a parte superior da banda, as expectativas de inflação sobem, deteriorando a dinâmica inflacionária e forçando o BC a subir mais agressivamente a taxa Selic.

O mesmo ocorre quando o prazo de convergência da inflação é alongado ou quando o modelo do BC se baseia em hipóteses favoráveis para justificar decisões controversas.

Assim como a confiança do mercado na capacidade da autoridade monetária em manter a inflação sob controle é crucial para a eficácia da política monetária, a credibilidade na política fiscal é necessária para evitar maiores prêmios de risco, que vêm acompanhados de uma taxa de câmbio

mais depreciada e juros mais altos, principalmente os de médio e longo prazo.

Tentar usar qualquer espaço possível para aumentar despesas sem apresentar medidas estruturais para controlar o gasto público impede que anúncios como o da contenção anunciada na semana passada tragam uma melhora nos preços dos ativos domésticos. E o desafio do ano que vem será ainda maior.

A meta também é de déficit zero, mas sem a arrecadação extraordinária que tivemos esse ano e com o crescimento que temos visto das despesas, o mercado espera um déficit de cerca de R\$ 86 bilhões, segundo o Prisma Fiscal.

Na ciência econômica, sinalizações consistentes reforçam a credibilidade dos gestores e coordenam as expectativas dos agentes, aumentando a eficiência das políticas públicas. O anúncio de segunda-feira deixou a desejar nesse aspecto.

Plano Safra Banrisul

2024/25

R\$ 12,2 Bilhões



banrisul.com.br/planosafra

banrisul
SAC 0800 646 1515
Ouvidoria 0800 644 2200

Energia e tecnologia aproximam Alemanha do Rio Grande do Sul

/ RELAÇÕES COMERCIAIS

Bárbara Lima

barbaral@jcrs.com.br

As vésperas do bicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, comemorado no dia 25 de julho, o Tá Na Mesa, evento promovido pela Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), debateu os potenciais da relação comercial entre as duas culturas. De acordo com o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha no RS, Cleomar Prunzel, a energia limpa, assim como a tecnologia e o agronegócio são oportunidades para o crescimento dos investimentos em solo gaúcho e das trocas entre os dois países.

“Não tem como não falar em inteligência artificial, em tecnolo-

gia. Além disso, a Alemanha precisa muito da energia limpa. O país europeu pode contribuir com a tecnologia e o Rio Grande do Sul com os recursos”, refletiu o presidente durante o painel intitulado “Bicentenário Imigração Alemã”. Segundo dados apresentados por ele durante a reunião-almoço, realizada no Centro de Porto Alegre, a Alemanha é o maior parceiro comercial europeu do Brasil.

São cerca de R\$ 25 bilhões movimentados com importação e exportação entre os dois países e mais de 1.400 empresas alemãs em território brasileiro, que empregam cerca de 250 mil funcionários. As empresas de origem germânica representam, ainda, cerca de 10% do PIB industrial do Brasil. Apesar disso, a balança comercial é deficitária para o país latino, que exporta, principalmente, alimentos, e

importa produtos industrializados.

O Cônsul-Geral da República Federal da Alemanha no Brasil, Marc Bogdahn, afirmou que uma comitiva alemã chega nesta quarta-feira ao país para intensificar as relações com Rio Grande do Sul. “O Brasil é uma nação pacífica. Podemos estreitar as relações. A Alemanha precisa importar energia renovável, por exemplo”, disse. Hoje, uma rodada de negócios acontece com empresas gaúchas e alemãs através da Câmara de Comércio.

No Rio Grande do Sul, Prunzel citou quatro exemplos de grandes empresas que foram criadas por famílias de origem alemã: Renner, Gerdau, Fruki e Stihl. Jorge Gerdau Johannpeter, um dos palestrantes e presidente do conselho de administração da Gerdau, uma das maiores empresas do ramo do



Cônsul da Alemanha disse que país quer intensificar parcerias com o RS

ação no mundo, acredita que o Rio Grande do Sul teve a sorte de ser formado pela diversidade, que, segundo ele, convive “harmoniosamente” e que contribui para a cultura de trabalho de excelência no Estado.

Sobre as recentes cheias do Estado, que seguem impactando eco-

nomicamente os diversos setores, o empresário acredita que é necessário mais empenho dos governos, que precisam se articular. Já Prunzel explicou que uma das ações da Câmara no RS foi buscar junto ao banco alemão de desenvolvimento KfW crédito para empresas gaúchas se reconstruírem.

TÂNIA MEINERZ/JC